

Os pacotes rendem US\$ 20 bilhões

148
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os dois últimos pacotes baixados nos últimos 120 dias pelo governo — os compulsórios sobre veículos e combustíveis e a sobre-taxa sobre passagens e dólares — e os reajustes cavalares nos preços dos automóveis, combustíveis, cigarros e bebidas renderão ao governo federal cerca de US\$ 20 bilhões, um quinto da dívida externa brasileira.

Trata-se de uma massa de recursos que estava circulando na economia, em mãos do setor privado, e que agora é transferida para o Estado. Uma parcela correspondente a Cz\$ 140 bilhões ou US\$ 10 bilhões, correspondente à arrecadação tributária adicional do pacote da semana passada, será apropriada pelo Tesouro para abater a dívida interna.

Justificando essa política, o ministro do Planejamento, João Sayad, disse ontem, ao deixar a sala de reuniões do Conselho Monetário Nacional, que não havia razão de o governo extrair poupança compulsória do setor privado, para obter um esfriamento da demanda, e fazer retornar essa massa de recursos ao mesmo setor privado. Sayad, contudo, deixou de mencionar o fato de que há uma escassez de poupança interna para financiar o processo de crescimento sustentado da economia, e o País há quatro anos não recebe recursos externos. Nesse quadro, US\$ 20 bilhões são recolhidos da poupança interna e, ao invés de retornarem para promover investimentos produtivos, são absorvidos pelo Tesouro para pagar contas.

Trata-se, no entanto, conforme vários técnicos confirmaram ao Estado, de uma política deliberada do governo para conter o endividamento interno, utilizando recursos da poupança compulsória, tomados em nome do arrefecimento da demanda. Esses técnicos lembraram que uma parcela das receitas adicionais arrecadadas no pacote de agosto será destinada à cobertura de investimentos do próprio Estado, como os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Ocorre, todavia, que, arrecadados desde setembro, os recursos do FND, que no final deste mês somarão perto de Cz\$ 20 bilhões, continuam esterilizados no Banco Central, exercendo um papel fundamental ao equilíbrio das contas das autoridades monetárias, pois funcionam como elemento de contração da base monetária. Graças à contabilização dos recursos do FND, a base monetária, no mês passado, cresceu menos do que o previsto pelas próprias autoridades.

De acordo com a legislação que criou o FND, seus recursos, compulsoriamente arrecadados dos consumidores de automóveis, gasolina e álcool, a eles deverão voltar no prazo de cinco anos, corrigidos pelo IPC — agora LBC — e mais 6% ao ano, correspondentes aos juros da caderneta de poupança.

Ocorre que, esterilizados há três meses no Banco Central, sem nenhuma aplicação, esses recursos que constituem uma espécie de hot money precisam render para pagar aos cotistas compulsórios do fundo a rentabilidade prometida.